



Diário Oficial do Poder Legislativo

1ª Sessão Legislativa
da 12ª Legislatura

ANO XLV

RIO BRANCO - AC, 7 DE NOVEMBRO DE 2007

N.º 3656

MESA DIRETORA

EDVALDO MAGALHÃES
Presidente

JUAREZ LEITÃO
1º Secretário

ELSON SANTIAGO
2º Secretário

HELDER PAIVA
1º Vice- Presidente

ANTONIA SALES
2ª Vice- Presidenta

WALTER PRADO
3º Secretário

NOGUEIRA LIMA
4º Secretário

GABINETE DAS LIDERANÇAS

PT - Taumaturgo Lima

PMDB - Chagas Romão

PSDB - Donald Fernandes

PP - Maria Antonia

DEM - Nogueira Lima

PSB - Delorgem Campos

PPS - Idalina Onofre

PMN - José Luis

PTN - José Carlos

PT do B - Gilberto Diniz

Líder do Governo - Moisés Diniz

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PT - Francisco Viga, Juarez Leitão, Mazinho Serafim, Naluh Gouveia, Perpétua de Sá, Taumaturgo Lima, Ney Amorim.

PPS - Idalina Onofre, Tarcísio Medeiros

PMDB - Antônia Sales, Chagas Romão.

PSDB - Donald Fernandes, Luiz Gonzaga.

BPR - Edvaldo Magalhães, Moisés Diniz, Helder Paiva.

PSB - Delorgem Campos, Walter Prado.

PMN - José Luis, Élon Santiago.

PP - Maria Antonia.

DEM - Nogueira Lima

PTN - José Carlos.

PT do B - Gilberto Diniz.

SEM PARTIDO - Naluh Gouveia

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

DECRETO LEGISLATIVO N. 5/2007

"Aprova o nome de Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos para assumir o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Acre."

FAÇO SABER que a Assembléia Legislativa do Estado do Acre aprova e a Mesa Diretora decreta o seguinte:

Art. 1º Fica aprovado nome de Naluh Maria Lima Gouveia dos Santos para assumir o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado do Acre, em decorrência da aposentadoria do Conselheiro José Eugênio de Leão Braga.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões "Deputado FRANCISCO CARTAXO."

Rio Branco, 6 de novembro de 2007.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÃO N. 273/2007

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor José Nilson Brito da Costa, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-09, do Gabinete da Presidência, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2007.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 29 de outubro de 2007.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 274/2007

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, o senhor Anazildo Rocha de Souza, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-09, no Gabinete da Presidência, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de outubro de 2007.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 29 de outubro de 2007.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 275/2007

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, na forma do que preceitua a Resolução n. 48-D, de 13 de março de 2003, a senhora Mônica Rogério Brasileiro, do cargo em comissão de Assessor Parlamentar, SP-EG-09, da Liderança de Bancada do Bloco Popular Republicano - BPR, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cessando os efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2007.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 29 de outubro de 2007.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

RESOLUÇÃO N. 276/2007

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais, etc.,

RESOLVE:

Art. 1º NOMEAR, na forma do que preceitua a Resolução n.48-D, de 13 de março de 2003, a senhora Gláucia Lima Braga, para exercer o cargo em comissão de Secretário Parlamentar, SP-EG-09, da Liderança de Bancada do Bloco Popular Republicano - BPR, na Assembléia Legislativa do Estado do Acre, com efeitos financeiros a contar a partir de 1º de outubro de 2007.

Art. 2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio Branco, 29 de outubro de 2007.

Deputado Edvaldo Magalhães
Presidente

Deputado Juarez Leitão
1º Secretário

Deputado Elson Santiago
2º Secretário

80ª SESSÃO ORDINÁRIA DELIBERATIVA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA

Realizada em 7 de novembro de 2007

Presidência: Deputado EDVALDO MAGALHÃES

Secretaria: Deputado ELSON SANTIAGO

PRESENTES: Deputados FRANCISCO VIGA, MAZINHO SERAFIM, NEY AMORIM, PERPÉtua DE SÁ, TAUMATURGO

LIMA, do **PT**; EDVALDO MAGALHÃES, MOISÉS DINIZ, HELDER PAIVA, do **BPR**; CHAGAS ROMÃO, do **PMDB**; DONALD FERNANDES, LUIZ GONZAGA, do **PSDB**; DELORGE CAMPOS, WALTER PRADO, do **PSB**; ELSON SANTIAGO, JOSÉ LUIS, do **PMN**; IDALINA ONOFRE, TARCÍSIO MEDEIROS, do **PPS**; MARIA ANTONIA, do **PP**; GILBERTO DINIZ, do **PT do B**; NALUH GOUVEIA, **SEMPARTIDO**.

AUSENTES: Deputados JUAREZ LEITÃO, do **PT**; ANTONIA SALES, do **PMDB**; NOGUEIRA LIMA, do **DEM**; JOSÉ CARLOS, do **PTN**.

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos e dado o adiantado da hora, consideramos lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

PEQUENO EXPEDIENTE

Deputada **IDALINA ONOFRE** (Líder do **PPS**) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhoras Deputadas, com relação às multas do Ibama, no Juruá, os fiscais daquele órgão estavam à caça de mais pessoas para multar, e assim aumentar o valor da arrecadação, no entanto, felizmente não encontraram.

Deputada Naluh, o Senhor Chagas Araújo é um agricultor daquela região, recebeu a visita dos fiscais do Ibama, exatamente no momento em que ele e mais alguns empregados estavam roçando uma área de sua propriedade para plantar milho. Qual não foi sua surpresa quando esses fiscais lhe disseram que ele teria que parar com aquele serviço, porque não poderia derrubar árvores. E ele, sem pensar duas vezes mandou que todos os trabalhadores entrassem no carro do Ibama, para que esses fiscais os levassem para suas casas e lhes sustentassem, já que eles não queriam que ele desse trabalho para eles.

Outra questão é com relação aos donos de marcenarias. Fala-se muito do tal do manejo florestal, mas o que nós vemos muitas vezes no Vale do Juruá, são os agricultores derrubarem somente a quantidade de madeira permitida por lei, e quando ultrapassam o Ibama prefere queimá-la do que deixar as marcenarias aproveitarem.

O Instituto Chico Mendes foi criado para impedir, ainda mais, os agricultores de produzirem alimentos. Eu não sei o que iremos comer daqui algum tempo. Onde está a bendita mecanização que lá no Vale do Juruá o agricultor desconhece? O sistema empregado ali ainda é rudimentar, enxada, e o suor dos agricultores debruçados em cima da terra para limpar. Não existe outra maneira, Deputado Donald, a não ser queimar a terra para limpá-la.

Ontem, vi com preocupação, o Senhor Manoel Lima, Presidente do Sinteac, declarando na Imprensa que tem que retirar as terras dos fazendeiros para poder assentar aquelas pessoas que estão ao longo da estrada que vai para Sena Madureira, onde, inclusive, o Deputado Mazinho participou de uma reunião. Se eles querem tirar as terras dos grandes fazendeiros, eles vão também querer tirar as terras que já estão desmatadas. E os fazendeiros vão ficar com o quê para criar seu gado? Vamos todos virar vegetarianos? Como o Incra vai assentar esses poceiros se eles não podem derrubar uma árvore? Alguns desses grandes fazendeiros devem estar preocupados e até arrependidos em ter ajudado o PT a chegar ao poder, pois agora estão comendo da própria comida amarga.

(Sem revisão do orador)

Deputado **WALTER PRADO** (PSB) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, pessoas no Salão do Povo,

Imprensa, eu os saúdo com a paz de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Semana passada, eu e o Deputado Mazinho, que é vice-Presidente da Comissão Agrária, a pedido do Deputado Moisés fomos a um encontro para acompanhar, Deputada Idalina, a situação dos trabalhadores rurais que foram retirados, por ordem judicial, de uma área de propriedade particular localizada às margens da BR-364 nas proximidades de Sena Madureira. Os trabalhadores foram expulsos dessa área de forma desumana, de um modo que eu volto a repetir, não imaginava que pudesse ver no Acre, uma situação dessa, visto que é um Estado que dispõe de tanta terra. O Incra, infelizmente, tem sido omissivo e não tem tomado providências para evitar tais impasses. O Deputado Mazinho e eu participamos desse encontro em que foi estabelecido que o Incra e o Interacre tomariam providências no sentido de procurar outro local para assentar àquelas famílias.

Hoje para minha surpresa, recebi um documento do sindicato rural, assinado pelo seu Presidente e por outros quatro representantes dos trabalhadores rurais, denunciando que ao invés de serem beneficiados pelas providências que foram estabelecidas, Deputado Mazinho, foram expulsos pela Polícia Militar, que na ocasião, utilizava o veículo do proprietário da área que estavam ocupando. A polícia não pode fazer isso, é anti-ético, indecente, imoral. Fico muito revoltado porque tenho a certeza de que a estrutura que o Governador Jorge Viana deixou nas Polícias não era essa. Fato semelhante ocorreu no Amazonas, Deputado Moisés. É uma coisa grave, porque a população passa a desacreditar nas instituições públicas.

Quero fazer um apelo para que esse fato seja apurado. Essa é uma situação que se via no Acre há mais de trinta anos. A atitude dos policiais militares quebra o estatuto de qualquer polícia, além de usarem veículo de propriedade particular, realizaram o disparo de arma de fogo. Isso é muito grave e precisa ser apurado. Não mais se concebe procedimentos dessa natureza no Acre. O Acre avançou, as polícias têm veículos e não precisam buscar apoio das partes envolvidas para realizar seu trabalho. A justiça determinou a desocupação de uma área e a polícia cumpriu essa determinação, mas deveria tê-lo feito utilizando seus próprios recursos.

Não creio que a atitude tomada pelos policiais tenha sido autorizada pelo Coronel Célio que eu conheço bem e sei que é um homem correto, sério. Esse fato deve ser apurado, Deputado Mazinho, porque V. Exa. sabe que esse procedimento não é bom para o Estado, não é bom para a Democracia e não é bom para os trabalhadores rurais.

Obrigado Senhor Presidente.

(Sem revisão do orador)

Deputado **MAZINHO SERAFIM** (PT) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, visitantes que se encontram no Salão do Povo, bom dia a todos. Deputado Walter Prado, eu não poderia deixar de agradecer V. Exa. por estar nos ajudando nesta questão dos trabalhadores rurais, que foram expulsos das terras que ocupavam e agora estão acampados nas proximidades do município de Sena Madureira.

Eu como Deputado e representante daquele município, não poderia deixar de dar minha contribuição, e dizer que não concordo com o que está acontecendo lá. Eu estive no acampamento, e os trabalhadores rurais disseram que policiais de Rio Branco estão indo ao acampamento amedrontá-los. E mais, estão adentrando com carros em suas propriedades e levando legumes, galinhas e porcos que ficaram lá. Então, pedimos que as autoridades competentes tomem uma atitude com relação a esse problema, pois a semana passada tivemos uma reunião com uma comissão onde o

Interacre e o Incra participaram. Foi feita uma ata e o Incra prontificou a realizar outra reunião na segunda-feira, mas não houve. O Presidente do Sindicato Rural veio junto com membros do Interacre para participarem dessa reunião mas ela não aconteceu.

Quero agradecer, de público à nobre Deputada Naluh Gouveia que tem um coração enorme, a doação de quinze sacolões e algumas peças de roupas para aquelas famílias. Tenho certeza que essa doação vai ser de grande valia para aquelas pessoas, principalmente para as crianças que estão lá na beira da estrada passando frio.

Temos a ata da reunião que foi feita junto com a nossa Comissão onde estão os Deputados, Moisés Diniz, Idalina Onofre e Walter Prado, e nela consta que o Incra e o Interacre resolveriam esse problema. Vamos colocar isso depois numa outra Comissão para cobrar das autoridades competentes a solução desse grave problema.

Existem ainda 22 vagas no assentamento da Bonal, portanto, 22 famílias podem ser colocadas neste local, amenizando com esse ato o sofrimento de boa parte das 70 famílias que estão naquele acampamento.

Queremos pedir ao Comandante da Polícia Militar uma solução com relação aos policiais que estão indo àquele acampamento amedrontar as famílias que estão lá sofrendo e passando até necessidade.

Obrigado.

(Sem revisão do orador)

Deputada **PERPÉTUA DE SÁ** (PT) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, presentes no Salão do Povo, Imprensa, meu bom dia a todos. Venho hoje a esta tribuna para registrar o décimo quinto aniversário do Município de Marechal Thaumaturgo, que aconteceu nessa última segunda-feira, dia cinco de novembro.

Sáímos de Cruzeiro do Sul domingo pela manhã, de barco, rumo a Marechal Thaumaturgo, mas devido as condições do rio só conseguimos chegar até Porto Walter. O restante do trajeto tivemos que fazer de avião.

Eu jamais poderia deixar de participar dessa festa, porque acompanhei o desenvolvimento de marechal Thaumaturgo. Desde 1993, sou casada com Itamar de Sá, hoje, Prefeito daquele município, e passamos a morar lá.

Recordo-me que quando chegamos na Prefeitura sequer tinha cadeira para acomodar as pessoas. A energia elétrica era de dezesseis as 21 horas. As casas de reservas extrativistas eram de paxiúba. Hoje, são de madeira serrada e cobertas de alumínio. Isso, graças ao nosso ex-Governador Jorge Viana, que implantou um programa de habitação. E os técnicos do Incra, ainda hoje, estão lá pagando os últimos créditos de moradia para aquela população. Inclusive, o serviço de telefonia também foi implantado; a pista de pouso foi asfaltada. Então, assim, fomos vendo o crescimento de Marechal Thaumaturgo que, apesar de ser um município distante da capital conseguiu em apenas 15 anos, um grande desenvolvimento.

Quero, ler, agora, um pouco da história de Marechal Thaumaturgo.

15º ANIVERSÁRIO DE MARECHAL THAUMATURGO.

Marechal Thaumaturgo foi elevado à categoria de município através da Lei Estadual nº 1.032 de 28 de abril de 1992, sancionada pelo então governador Edmundo Pinto. O território deste município pertencia à República Federativa do Peru. A posse do seu primeiro prefeito, vice-prefeito e vereadores, aconteceu em 1992. Sua data de fundação, definida por lei municipal, é 5 de novembro.

A cidade está localizada no Vale do Juruá, seus limites começam no encontro do divisor de águas entre os rios Juruá e Tarauacá. O limite internacional segue pela fronteira até o marco Brasil/Peru nº 48. Aproximadamente 80% de seu território abriga projetos de preservação ambiental, tais como: áreas indígenas entre as quais, Campas do Rio Amônia, Campas do Rio Breu, Caxinawá, Apurinã-Arara, Reserva Extrativista do Alto Juruá e Parque Nacional da Serra do Divisor.

A população de Marechal Thaumaturgo é de 13.146 habitantes, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), estabelecida numa área de 7.720 km². A cidade está localizada a 558 km de Rio Branco, em linha reta, em uma das regiões mais ocidentais do Brasil.

Marechal Thaumaturgo (1896/1979), que dá nome à cidade é um pernambucano, nascido no que é hoje o Município de Igarassú (Região Metropolitana de Pernambuco), que chegou ao Alto Juruá em 1929 como representante das Forças Armadas, tendo iniciado a criação da primeira comunidade naquelas terras, originando-se, assim, o agora Município de Marechal Thaumaturgo. Seu nome original é João Thaumaturgo de Albuquerque, filho de Eptácio Figueiredo Albuquerque (1867/1932), português e Maria Thaumaturgo de Albuquerque (1880/1918), portuguesa, filha de João Fidelis Thaumaturgo e Maria Estelina Silva.

O nome de sua mãe é grafado Taumaturgo, mas seu registro foi efetivado como Thaumaturgo, inserindo-se a letra “h”. Ele nasceu em 1896 e tinha apenas um irmão que tornou-se padre e também deixou o interior de Pernambuco, radicando-se, primeiro em São Paulo e depois no Rio de Janeiro. Seu irmão era o padre Joaquim Taumaturgo de Albuquerque, nascido em 1902 e falecido em 1979. Marechal Thaumaturgo faleceu no mesmo ano do irmão, apesar de nunca mais terem se encontrado.

(Sem revisão do orador)

Deputado **LUIZ GONZAGA** (PSDB) – Senhor Presidente, Senhores Deputados, aproveito o Pequeno Expediente para apresentar um anteprojeto de lei que estabelece a isenção de ICMS sobre a gasolina de aviação, destinada às aeronaves comerciais de pequenos portes, que operam no interior do Estado do Acre.

Atualmente, está muito difícil para as pessoas que moram no interior do Estado do Acre, principalmente às dos municípios do Vale do Juruá chegarem até Rio Branco. E também para quem mora em Marechal Thaumaturgo, Porto Walter chegar até Cruzeiro do Sul, porque as passagens estão com o preço muito elevado. E no momento só dar para as pessoas desses municípios viajarem de avião.

Para os Senhores terem uma idéia, uma passagem de Rio Branco ao Jordão, e vice-versa está custando 840 reais. E de Cruzeiro do Sul a Tarauacá está custando 330 reais. Isso só a ida; porque ida e volta custa 670 reais. Esse é um preço muito alto, para as pessoas que residem nesses municípios e que são assalariadas ou trabalham como diaristas, pois elas têm um poder aquisitivo muito baixo. E muitas vezes, elas fazem essas viagens por motivo de doença.

Portanto, pedimos que o Governo isente essas empresas de ICMS, cujo percentual, hoje, chega a 25%. Com a isenção, as empresas poderão diminuir o valor das passagens. E uma passagem do Jordão a Rio Branco e vice-versa teria uma redução de 220 reais. Assim sendo, as pessoas que têm muita dificuldade para comprar uma passagem aérea seriam beneficiadas.

No 1º ou 2º ano do Governo de Jorge Viana, ele mandou uma lei para esta Casa e nós a aprovamos, porque através dessa lei, essas empresas eram subsidiadas, a fim de que elas baixassem os custos das passagens aéreas; mas o atual governo não está fazendo

isso. Então, nesse caso, há necessidade que o governo faça a sua parte, para que as pessoas que moram nos municípios mais distantes possam ter condições de se deslocarem de avião para a capital do Estado. E às pessoas que moram nos Municípios de Marechal Thaumaturgo e Porto Walter possam se deslocar de avião até Cruzeiro do Sul.

Quando os rios enchem ainda têm os barcos que chegam lá em dois, três dias de viagem; mas na época do verão só de canoa é que se pode fazer essa viagem. Os Senhores já imaginaram ter que ficar uma semana dentro de uma canoa para ir a Marechal Thaumaturgo! É muito difícil, principalmente quando a pessoa está doente. Por isso, eu estou aqui, apresentando esse ante-projeto de lei e com certeza, eu terei o apoio de vários Deputados. E o próprio Deputado Edvaldo Magalhães já se manifestou em relação a isso.

Eu espero que o governo acate o meu pedido e mande um Projeto para esta Casa, para que nós possamos aprová-lo, a fim de resolvermos o problema da população do interior do Estado.

Muito obrigado

(Sem revisão do orador)

Deputada **NALUH GOUVEIA** (Sem Partido) – Bom dia Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, antes de fazer uma abordagem sobre o meu projeto, quero dizer duas coisas para a Deputada Idalina Onofre. Uma delas é que a nossa audiência com o Dr. Dirceu está marcada para às quinze horas. E a outra é que eu não acredito que os madeireiros estejam enfrentando algum problema relacionado ao Governo do PT, não acredito porque com relação aos bichos eu não sou xiita, mas quando se trata dos paus da floresta sou mais que xiita.

Vejo constantemente muitos carros transportando madeira, não sei dizer se são de pessoas importantes ou não. E só lhe digo uma coisa: Da mesma forma em que durante outras gestões governamentais eu via caminhões transportando imensa quantidade de madeiras, da mesma forma acontece agora.

Moro ali no Tucumã, onde vemos o trajeto dos carros que fazem esse tipo de transporte. Quem quiser ficar na sala ou na varanda da minha casa é capaz até de anotar a quantidade de madeira e de carros que passam ali, todas têm um numerzinho. Eu não sei se são certificadas. Então, acho que deveríamos fazer uma audiência pública com o IMAC e o Ibama para tratar dessas questões, porque são muitas as reclamações. Em todas as nossas audiências e assembleias nos municípios a primeira reivindicação feita é sobre a quantidade de árvores que se pode cortar para fazer um roçado.

Quero pedir a ajuda do Deputado Donald em um projeto que estou desenvolvendo com a ajuda da Assembléia. Eu e a esposa do Deputado Zé Carlos estamos todos os dias lá no Interlégis elaborando aulas. Lá eu aprendi a fazer pesquisas e fiquei bastante preocupada com algo que eu vi. É algo que se chama síndrome fetal alcoólica.

A mulher alcoólatra que ingere grandes quantidades de álcool e que, posteriormente, é transferida para o feto ainda no útero, através do cordão umbilical, pois essa substância é determinante para a vida dessa criança.

Em estudo que fiz, através de pesquisas, vemos que muitos problemas de doenças mentais estão ligados a quantidade de etanol que a criança ingere pelo cordão umbilical já no útero da mãe. Eu não sabia o quanto é perigoso para uma criança, a quantidade de etanol ou de nicotina que passa pelo cordão umbilical para o feto. Então, estou propondo que o Governo do Estado crie um programa juntamente com a maternidade, para que, a gestante, ao fazer o pré-natal, possa ser orientada a não consumir álcool.

Faço questão de mostrar as pesquisas que fiz, onde

podemos ver através de gráficos a quantidade de etanol que uma criança ingere pelo cordão umbilical. Então, farei questão de colocar no projeto que queremos ter crianças e mães saudáveis.

Por último, Sr. Presidente, quero parabenizar a Deputada Perpétua, pelos 15º aniversário de sua cidade. Particularmente, é uma cidade que eu não conheço, porém tenho vontade de conhecê-la. Recebi o convite e agradeço, mas não foi possível ir prestigiar a festa.

Ainda quero dizer, Senhor Presidente, que esse Anteprojeto do Deputado Luiz Gonzaga tinha por objetivo resgatar um programa do Governo Jorge Viana sobre as cotas que eram repassadas para cada município. Aquele programa era bom e eu não sei como é que está, mas é importante o nosso líder do governo dá uma olhada e ver se o resgata.

(Sem revisão do orador)

GRANDE EXPEDIENTE

Deputado **DONALD FERNANDES** (Líder do PSDB) – Senhor Presidente, amigas e amigos Deputados, pessoas no Salão do Povo, Imprensa, bom dia a todos. Queria desejar muito sucesso ao projeto feito pela Deputada Naluh. Fiquei muito feliz por saber que quando ela faz um projeto ele não é engavetado, mas o mesmo não ocorre comigo e isso, infelizmente, é uma constatação.

Tenho muitos projetos Deputada Naluh, e sei que se eu apresentasse o projeto que V. Exa. fez ele seria engavetado por alguma comissão, como aconteceu com outros projetos meus.

Gostaria de pedir a atenção do meu amigo Deputado Moisés Diniz para um projeto de minha autoria que se encontra engavetado. Esse projeto propõe que documentos oficiais do Governo contenham o slogan: “Valorize a vida, não use drogas”. É uma prevenção simples, primária, eu sei. Mas o projeto foi apresentado há mais de seis meses e ainda não possui um relator. Será que esse projeto não tem importância, Deputado Moisés? Eu o respeito muito Deputado, mas acho que V. Exa. não deu a devida importância a essa Matéria e a esqueceu em uma gaveta qualquer.

Acredito que seria muito bom que as pessoas, ao lerem um documento oficial do Governo, encontrassem uma propaganda positiva como essa, em defesa da vida e contra as drogas. É uma coisa simples que não custaria nada ao Governo.

Gostaria que projetos pequenos como os meus recebessem mais atenção, como acontece com os da Deputada Naluh. Estou satisfeito, Deputada Naluh, por ter sido V. Exa. a responsável por esse projeto e quero dizer que estou disposto a ajudá-la. Tenho, Deputada, projetos de longo alcance voltados para a mesma área que o seu e desejo que V. Exa., antes de ir para o Tribunal de Contas, conclua o seu projeto e dê entrada em alguns desses que falo.

Gostaria de acusar o recebimento das respostas aos Requerimentos que fiz ao Governo, como o do que aborda a jornada de 30h, por semana, para os enfermeiros, técnicos e auxiliares de enfermagem. Mandaram-me também a resposta sobre os projetos de reflorestamento do Estado desde 1999 a 2006. Eu apresentei esse Requerimento dia 17 de abril e a resposta chegou agora, dia 11 de outubro, porém ainda vou analisá-la com cuidado.

Solicitei também ao Senhor Edson Manchine que os dependentes químicos recuperados recebessem um auxílio alimentação nos quatro primeiros meses depois de saírem do tratamento. Peço mais uma vez o apoio da Deputada Naluh para esse projeto de importante alcance social, pois beneficia pessoas humildes, que recebem tratamento nas clínicas de recuperação e ao saírem são discriminadas. Nenhuma porta se abre, para elas, e sem emprego, elas precisam de ajuda para começar uma nova vida.

Lamento muito que ainda não tenha chegado a resposta a um requerimento que fiz no dia 22 de maio ao Senhor Clóvis Alves de Melo, solicitando a folha analítica da Procuradoria Geral do Estado, com a qual constataria se os Procuradores estariam recebendo valores de forma ilegal. Acho que é importante termos algumas respostas em relação a esse assunto, por isso peço o apoio da Mesa Diretora, para essa questão. No entanto, essa falta de resposta me faz pensar que de fato há algo a esconder. Gostaria que o Senhor Clóvis Alves de Melo me mandasse a folha analítica da PGE para vermos se os salários dos Procuradores são justos ou não. Nós que fazemos oposição não podemos apenas fazer projetos e requerimentos, devemos acompanhá-los.

(Sem revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Meu querido Deputado, o Senhor estava tão empolgado com a sua fala, que não me ouviu.

Deputado Donald, já que V. Exa. está reiterando os seus requerimentos, que faça o mesmo com o que foi dirigido ao Governador, pois assim a Mesa tem como cobrar dentro do prazo máximo de dois dias.

Deputado **DELORGEM CAMPOS** (Líder do PSB) – Senhor Presidente, Senhoras Deputadas, Senhores Deputados, Imprensa, autoridades e pessoas que se encontram no Salão do Povo Marina Silva. Gostaria de ressaltar essa celeuma que o Incra não consegue resolver na estrada que vai para Sena Madureira. E é um problema grave. O Incra ao longo do tempo implantou vários projetos de assentamento como o Tupã, em Xapuri, e não ofereceu a menor condição de sobrevivência aquelas pessoas. O Incra está sempre na contramão. A gente tenta desburocratizar o País, mas esse órgão é extremamente burocrático. É lamentável que as famílias estejam passando por privações.

Senhor Presidente, eu quero falar acerca da obra do Parque do São Francisco. Quero parabenizar o Prefeito Angelim e toda sua equipe técnica por essa inovação com verbas do PAC e contrapartida da Prefeitura. Eu vi pela Imprensa que serão revitalizados cerca de 13 hectares. Isso nos leva a crer que o Governador Binho fala com o coração: Trabalha-se para que o Acre, sobretudo, para que a capital seja o melhor local para se viver a partir de 2010. Obras como esta demonstram que políticas públicas acertadas melhoram a auto-estima, reduzem a violência e facilita o intercâmbio turístico. O que mais me alegrou é que será feita uma limpeza no leito do rio São Francisco.

Em contraposição, temos a realização da Álcool Verde. Reconheço a preocupação dos ecologistas quanto a implantação dessa indústria, mas são investimentos para o nosso Estado. É direito legal do Ministério Público, a quem nós respeitamos, cuidar da saúde da nossa população, mas não é possível que este órgão não esteja vendo as benfeitorias que essa obra trará para nossa cidade e para nossa população.

Todos vocês já ouviram falar na FARC, Força Revolucionária da Colômbia, que foi criada por um comunista na década de sessenta. Depois foi tomada por um cartel de traficantes, contudo o Governo colombiano, através da implantação de políticas públicas humanísticas, desmontou o “Cartel de Medellin”, literalmente. Um dos últimos chefões foi preso no Brasil há poucos dias, o Sr. Abadias.

Essa é a forma moderna de se administrar as nações, os estados. Por isso que essa obra da Prefeitura está correta. Agora, não dá para entender, por que não se pode plantar cana, que causa menos problemas que a pecuária, no que se refere ao aquecimento

global? Com a paralização da Álcool Verde foram demitidas duzentas e cinquenta famílias e não é na porta da Promotoria, do Governador, do Senhor Meritíssimo Juiz de Direito que essas famílias vão reclamar suas causas. É aqui na Casa do Povo.

A nossa preocupação continua, esperamos que tenhamos uma solução para esse impasse, porque não se pode, depois de tanto empenho, paralisar um projeto daquele. Isso é complicado, é o oposto do que está fazendo o Prefeito Angelim, que está procurando revitalizar os espaços da nossa capital. Nós temos que tratar nossos esgotos, não jogar os detritos nos igarapés, nos rios, ou deixá-los correr a céu aberto, pois provocam doenças. Nós precisamos estar atentos a essa situação.

Obrigado, Senhor Presidente,

(Sem revisão do orador)

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, eu ouvi aqui a Deputada Idalina falar a respeito das madeiras, e a Deputada Naluh falar que de onde ela mora, no Tucumã, vê sair muitas e muitas carradas de madeira. Mas, Deputada Naluh o que a Deputada Idalina estava falando era sobre os pequenos, aqueles marceneiros, aqueles que precisam de um bloco, simplesmente, para conseguir o seu sustento e essas carretas e mais carretas são dos grandes, e até hoje os grandes não foram brecados, infelizmente, os grandes são os que estão realmente tirando toda a nossa madeira, e a fiscalização deixa a desejar.

Senhor Presidente, nós, ontem, também fomos ali verificar uma ponte que está sendo feita ali no ramal Redenção no Mutum. Eu falei com o Líder do Governo, ele até ligou no Deracre e o Diretor desse órgão, infelizmente não estava com o telefone ligado, estava fora de área. O Deracre está praticamente há dois, três meses construindo essa ponte, uma ponte de no máximo de 20 metros e agora que estão fazendo o travejamento de cima, ou seja, o assoalhando a ponte e estão deixando, Deputado Chagas Romão, uma distância muito grande e aí um irmão meu que mora em frente a ponte, que é um produtor daquele ramal, falou que ali passava gado, vaca leiteira, bezeros, boi com carroça e o rapaz disse: “olha, eu vou colocar nessa distância, eu não moro aqui, não tenho gado, não preciso passar nessa ponte, vocês que dêem seu jeito”.

Ontem, eu conversava sobre isso, falei sobre o preço, por isso eu estou fazendo um requerimento pedindo que nos informem o valor gasto na construção dessa ponte sobre o igarapé Redenção no ramal do Mutum, porque Deputado Chagas Romão os trabalhadores mesmos falaram para as pessoas que moram lá, que o custo da ponte é de 60 mil reais.

Não precisa ser Engenheiro para entender que sessenta mil reais dá para fazer umas 3 ou 4 pontes, daquele tamanho. Eu quero me certificar quanto ao valor. Estão lá parados, estão buscando madeiras, não sei aonde e eles vão ter que arrancar aquela madeira e encostar aquelas tábuas, que eu não vou deixar que fique daquele jeito. Eu moro logo depois dessa ponte e vou sair da Assembléia e vou para lá e não vou deixar que isso aconteça.

Deputado **JOSÉ LUIS** (Líder do PMN – EM APARTE) – Eu agradeço o aparte e eu queria lhe comunicar, que eu tive uma conversa ontem com o Edson, que é o Diretor Administrativo do Deracre, sobre a questão da ponte e veja só a dificuldade, aquela ponte tem 20 metros e uma altura grande. E em função da dificuldade de se comprar madeira, ela custará na faixa de cinquenta a sessenta mil reais. A questão dos espaçamento foi colocada e o Engenheiro Ari estará se deslocando na manhã de hoje, para o ramal do Mutum para dar uma olhada, ver o que se pode fazer. Haja vista, que ali é

uma localidade onde tem bastante criadores de gado. E existe o problema que o Senhor me colocou, do animal quebrar a pata, acontecer algum acidente. Então, eu tenho a certeza de que com a ida do Ari, hoje, se resolve essa questão. E qualquer problema que o Senhor souber, nos repasse que vamos tentar resolvê-lo.

Deputado **TARCÍSIO MEDEIROS** (PPS) – Obrigado, Deputado José Luis. Desde o início V. Exa. e Líder do Governo tem se empenhado nessas questões que envolvem pedindo a recuperação do ramal, o escoamento daquela água. Mas quando eu digo, Deputado José Luis, que é difícil é porque é a realidade, V. Exa. mesmo está falando a respeito do preço da madeira. O Ibama, juntamente com as associações, o Deracre poderiam utilizar as madeiras apreendidas que estão se estragando. Essas madeiras têm que ser utilizadas em pontes, em casas populares, em postos de saúde, em escolas, Deputado Donald.

Faço esse pedido desde a década de 90 aqui na Assembléia, pedi à Bancada Federal quando o Márcio Bittar era Deputado Federal e ele fez um anteprojeto, mas não conseguiu aprovar na Câmara Federal. Vamos pedir aos Deputados Federais que façam um projeto, para que essas madeiras sejam aproveitadas. São milhões de dólares só em castanheiras. Antes você poderia derrubar 50% da sua área, agora são 20% e não estão deixando utilizar nem os 20%. Que sejam utilizadas essas madeiras para construção de casas populares, como citei anteriormente.

Muito obrigado.

(Com revisão do orador)

O Senhor Presidente (**EDVALDO MAGALHÃES**) – Suspendemos a presente Sessão, para que os Senhores Deputados possam participar de uma reunião. (PAUSA)

Está reaberta a Sessão.

ORDEM DO DIA

(Não houve Matéria a ser apreciada).

EXPLICAÇÃO PESSOAL

(Não houve oradores inscritos).

DIVERSOS

ESTADO DO ACRE

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE PUBLICIDADE

Ata da 79ª Sessão Ordinária da Primeira Sessão Legislativa da Décima Segunda Legislatura.

Realizada em 6 de novembro de 2007.

Presidência: Deputado **Edvaldo Magalhães**

Secretaria: Deputado **Nogueira Lima**

Às dez horas e quatorze minutos, sob a Presidência do Deputado **Edvaldo Magalhães**, Presidente do Poder Legislativo do Estado do Acre, secretariada pelo Deputado **Nogueira Lima**, Secretário, em exercício; presentes os Deputados: **Francisco Viga**, **Juarez Leitão**, **Mazinho Serafim**, **Ney Amorim** e **Taumaturgo Lima**, do Partido dos Trabalhadores - PT; **Moisés Diniz** e **Helder Paiva** do Bloco Popular Republicano - BPR; **Chagas Romão**, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB; **Donald Fernandes** e **Luiz Gonzaga**, do Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB; **Delorgem Campos** e **Walter Prado**, do Partido Socialista Brasileiro - PSB; **José Luis**, do Partido da Mobilização Nacional - PMN; **Idalina Onofre** e **Tarcísio Medeiros**, do Partido Popular Socialista - PPS; **Maria Antonia**, do Partido Progressista - PP e **Naluh Gouveia**, sem partido; ausentes os Deputados **Perpétua de Sá**, **Antonia Sales**, **Elson Santiago**, **José Carlos** e **Gilberto Diniz**, foram abertos os trabalhos da presente Sessão e dado o adiantado da hora, foi considerada lida e aprovada a Ata da Sessão anterior. O Expediente do Dia constou de:

OFÍCIO/GA/N.265/2007, do Senhor César Messias, Governador do Estado do Acre, em exercício, em resposta ao Ofício n. 490/GAB/2007; **OFÍCIO/GA/N.267/2007**, do Senhor César Messias, Governador do Estado do Acre, em exercício, em resposta ao Ofício n. 512/GAB/2007; **OFÍCIO/GA/N. 268/2007**, do Senhor César Messias, Governador do Estado do Acre, em exercício, em resposta ao Ofício n. 528/GAB/2007; **OFÍCIO/GA/N.269/2007**, do Senhor César Messias, Governador do Estado do Acre, em exercício, em resposta ao Ofício n. 524/GAB/2007; **Carta**, do Senhor Florindo Silvestre Poersch, Presidente da OAB/AC, solicitando à Presidência da Assembléia Legislativa do Estado do Acre, cópia de todo o processo e/ou como requerimento alternativo, seja deferida a expedição de certidão de inteiro teor de tudo quanto foi processado, até o momento, no âmbito dessa Casa Legislativa, referente ao processo de seleção e escolha de candidato a ser nomeado para o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em vaga destinada ao Legislativo; **Indicação n. 102/2007**, acompanhada de justificativa, do Deputado Walter Prado, sugerindo ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Acre, imediata lotação de policiais civis, bem como que seja providenciado viaturas para a Delegacia do 6º USP, considerando que aquela circunscrição policial apura os delitos penais ocorridos em aproximadamente 16 bairros da Capital; **Projeto de Lei n. 91/2007**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Autoriza o Poder Executivo a Instituir a Caderneta da Mulher e dá outras providências"; **Projeto de Lei n. 92/2007**, de autoria do Poder Legislativo, que "Dispõe sobre a obrigatoriedade de oferta, na Rede Pública de Saúde do Estado do Acre, de serviços para atendimento integral à Saúde da Mulher e Assistência para Planejamento Familiar e dá outras providências"; **Projeto de Lei n. 93/2007**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Institui o Dia Estadual de Prevenção ao Câncer de Colo Uterino e de Mama na Rede Pública e Privada do Estado do Acre"; **Projeto de Lei n. 94/2007**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Autoriza o Poder Executivo a Instituir a Semana de Atendimento Integral à Saúde da Mulher e dá outras providências"; **Projeto de Lei n. 95/2007**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Cria a notificação compulsória da Violência Contra a Mulher no Âmbito do Estado do Acre, na forma que menciona"; **Projeto de Lei n. 96/2007**, de autoria da Deputada Naluh Gouveia, que "Cria o programa de Segurança da Mulher, no Âmbito da Secretaria de Estado de Segurança Pública e dá outras providências". Aberto o **Pequeno Expediente**, usaram da palavra a Deputada **Idalina Onofre**, Líder do PPS; os Deputados **Nogueira Lima**, Líder do DEM; **Donald Fernandes**, Líder do PSDB e **Mazinho Serafim**, do PT. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, informou ao Deputado Walter Prado que ele falaria no tempo destinado à liderança do PSB, informou ainda que encerraria o Pequeno Expediente e abriria o Grande Expediente e que o Deputado poderia falar por cinco minutos. Aberto o Grande Expediente, usou da palavra o Deputado **Walter Prado**, do PSB. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, esclareceu ao Deputado Walter Prado que nenhum Parlamentar precisa exigir para falar, informou também que o referido Deputado não estava inscrito no Grande Expediente, então a Mesa concedeu a palavra ao Deputado Delorgem. Dando continuidade usaram da palavra os Deputados **José Luis**, Líder do PMN; **Tarcísio Medeiros**, do PPS, que foi apartado pelos Deputados Walter Prado e Naluh Gouveia; **Nogueira Lima**, Líder do DEM. O Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, solicitou aos Líderes dos Partidos que conduzissem ao Plenário o sertanista e indigenista, **José Carlos dos Reis Meirelles**, para receber uma homenagem por parte do Poder Legislativo. (PAUSA) Reaberta a Sessão o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, convidou o Deputado Juarez Leitão e o Senhor **José Carlos dos Reis Meirelles**, para fazerem parte da Mesa. Registrou ainda a presença da Paula Meirelles, filha do Senhor Carlos Meirelles, e suspendeu a Sessão para que pudessem promover a referida homenagem. (PAUSA) Aberta a **Ordem do Dia**, não houve matéria a ser apreciada. Aberta a **Explicação Pessoal**, não houve oradores inscritos. E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, **Edvaldo Magalhães**, encerrou a presente Sessão Ordinária às doze horas e cinquenta e seis minutos, convocando outra para dia e hora regimental. E, para constar, *Edvaldo Magalhães* lavrei esta que lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e subscrita pelos Secretários.

.....
Presidente
.....
1º Secretário
.....
2º Secretário

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

Presidente: Deputado Moisés Diniz BPR
Vice-Presidente: Taumaturgo Lima PT
Titulares:
Deputados: Naluh Gouveia PT
Delorgem Campos PSB
Luiz Calixto PDT
Suplentes:
Deputados: Francisco Viga PT
Ney Amorim PT
Helder Paiva BPR
Walter Prado PSB
Chagas Romão PMDB
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

Presidente: Deputado Delorgem Campos PSB
Vice-Presidente: Deputado Francisco Viga PT
Titulares:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Helder Paiva BPR
Chagas Romão PMDB
Suplentes:
Deputados: Ney Amorim PT
Perpétua de Sá PT
Moisés Diniz BPR
Walter Prado PSB
Luiz Calixto PDT
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO, TRABALHO, SEGURANÇA PÚBLICA E MUNICIPALISMO

Presidente: Deputado Nogueira Lima PFL
Vice-Presidente: Deputado Taumaturgo Lima PT
Titulares:
Deputados: Perpétua de Sá PT
Moisés Diniz BPR
Donald Fernandes PSDB
Suplentes:
Deputados: Francisco Viga PT
Naluh Gouveia PT
Helder Paiva BPR
Antônia Sales PMDB
Luiz Gonzaga PSDB
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

Presidente: Deputado Gilberto Diniz PT do B
Vice-Presidente: Deputado José Carlos PTN
Titulares:
Deputados: Ney Amorim PT
Mazinho Serafim PT
José Luís PMN
Suplentes:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Francisco Viga PT
Nogueira Lima PFL
Delorgem Campos PSB
Moisés Diniz BPR
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO AGRÁRIA, FOMENTO, AGROPECUÁRIA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE

Presidente: Deputado Moisés Diniz BPR
Vice-Presidente: Deputado Mazinho Serafim PT
Titulares:
Deputados: Maria Antônia PP
Idalina Onofre PPS
Luiz Gonzaga PSDB
Suplentes:
Deputados: Taumaturgo Lima PT
Helder Paiva BPR
Antônia Sales PMDB
José Carlos PTN
Donald Fernandes PSDB
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Presidente: Deputada Naluh Gouveia PT
Vice-Presidente: Deputada Idalina Onofre PPS
Titulares:
Deputados: Moisés Diniz BPR

Maria Antônia PP
Donald Fernandes PSDB

Suplentes:
Deputados: Perpétua de Sá PT
Helder Paiva BPR
Nogueira Lima PFL
Gilberto Diniz PT do B
Luiz Gonzaga PSDB
Reuniões: Terça-feira 9h

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA

Presidente: Deputada Naluh Gouveia PT
Vice-Presidente: Deputada Antônia Sales PMDB
Titulares:
Deputados: Moisés Diniz BPR
Maria Antônia PP
Luiz Gonzaga PSDB
Suplentes:
Deputados: Perpétua de Sá PT
Helder Paiva BPR
Walter Prado PSB
Luiz Calixto PDT
Donald Fernandes PSDB
Reuniões: Quarta-feira 9h

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Presidente: Deputado Helder Paiva BPR
Vice-Presidente: Deputada Perpétua de Sá PT
Titulares:
Deputados: Idalina Onofre PPS
José Carlos PTN
Nogueira Lima PFL

Suplentes:
Deputados: Ney Amorim PT
Chagas Romão PMDB
Moisés Diniz BPR
José Luís PMN
Luiz Calixto PDT

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DO CONSUMIDOR

Presidente: Deputado Walter Prado PSB
Vice-Presidente: Deputado Gilberto Diniz PT do B
Titulares:
Deputados: Francisco Viga PT
Nogueira Lima PFL
Maria Antônia PP
Suplentes:
Deputados: Mazinho Serafim PT
Delorgem Campos PSB
Moisés Diniz BPR
Taumaturgo Lima PT
Ney Amorim PT

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Presidente: Deputado José Luís PMN
Vice-Presidente: Deputado Chagas Romão PMDB
Titulares:
Deputados: Perpétua de Sá PT
Helder Paiva BPR
Delorgem Campos PSB
Suplentes:
Deputados: Ney Amorim PT
Moisés Diniz BPR
Walter Prado PSB
Idalina Onofre PPS
Gilberto Diniz PT do B

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DIÁRIO DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DO ACRE

Editado pela:
Subsecretaria de Publicidade e
Comunicação Social

Diretor Responsável:

João Roberto Braña Bezerra

Inscrição 13198

**Coordenadora de Redação e Revisão
de Atas:**

Juscelina Barbosa Pinheiro

Apoio:

Coordenadoria de Comunicação Social
Composto e Impresso na Gráfica Globo Ltda.
Endereço: Av. Ceará - 3.335.